

## MARXISMO E AUTOGESTÃO SOCIAL NA OBRA DE NILDO VIANA

### RUBENS VINÍCIUS DA SILVA

Doutor em Sociologia e Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor efetivo de Sociologia na rede estadual de Santa Catarina.

E-mail: [rubenssabbath@gmail.com](mailto:rubenssabbath@gmail.com)

#### Considerações iniciais

O conteúdo deste texto é introdutório. Objetiva-se tão somente expor a singularidade da perspectiva marxista expressa na obra de Nildo Viana, enfatizando dois aspectos: a) concepção de autogestão social e b) relação entre marxismo autogestionário e estratégia revolucionária. Nildo Viana é o principal representante teórico do marxismo autogestionário no Brasil. Sua produção é marcada pela crítica da divisão social do trabalho intelectual, sobretudo das ciências particulares, o que o leva a qualificá-la como “adisciplinar” e abarca um gigantesco escopo analítico cujo centro é a crítica da sociedade capitalista (valores, ideologias e produções intelectuais que reforçam a hegemonia burguesa; relações de exploração e dominação de classe, etc.) na busca pela contribuição para a luta cultural e práxis revolucionária no sentido de fornecer as armas da crítica necessárias para a concretização do projeto revolucionário.

Nascido em Goiânia, capital do estado de Goiás, situada na região Centro-Oeste do Brasil, em 6 de maio de 1965, Nildo Viana é proveniente de família das classes inferiores. Devido a isso não terminou o ensino fundamental e, por conseguinte, não adentrou ao ensino médio regular: fez o antigo supletivo do “segundo grau”, denominação anterior do atual “ensino médio”, no ano de 1987. Neste mesmo ano, presta vestibular e em 1988 ingressa no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

No ano de 1992 finaliza a graduação em Ciências Sociais, seguida de especialização e mestrado em Filosofia (este último no ano de 1995), mestrado e doutorado em Sociologia (em 1999 e 2003 respectivamente), além do pós-doutorado concluído pela USP no ano de 2015. Lecionou em diversas universidades e atualmente é professor da Faculdade de

Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Goiás.

Inicia suas leituras de modo autodidata, antes de entrar na universidade. Com o ingresso no ensino superior, dedica-se ao estudo das ciências sociais e, simultânea e autonomamente, da obra de Karl Marx, anarquismo, psicanálise e dos continuadores do marxismo original (Marx e Engels), tais como Rosa Luxemburgo, Karl Korsch, os comunistas de conselhos (Anton Pannekoek, Otto Rühle, Herman Gorter, Paul Mattick, dentre outros), Erich Fromm, Daniel Guérin, entre outras temáticas e autores.

Posteriormente, aprofunda sua pesquisa nesses temas, na história do marxismo e diversos fenômenos, tais como arte, sociologia, violência, juventude, movimentos sociais, etc., tendo como premissas a categoria da totalidade e a luta de classes como recursos intelectuais indispensáveis para uma pesquisa engajada no processo de luta pela autogestão social. Aliado à ampla produção teórica, já escreveu contos, poesias, letras de músicas e histórias em quadrinhos.

Quando ingressa na universidade inicia militância no movimento estudantil, tornando-se um dos fundadores do coletivo político atualmente denominado Movimento Autogestionário – MOVAUT. No começo dos anos 1990 publica seus primeiros artigos, inspirando-se no pensamento de Karl Marx, Karl Korsch, dos comunistas de conselhos e demais marxistas autênticos que mantiveram acesa a chama revolucionária em tempos de hegemonia bolchevique e social-democrata, em conjunto com a assimilação das contribuições legadas pela psicanálise e, em menor medida, uma grande diversidade de pensadores.

Como síntese deste processo elaborou uma concepção inovadora e original da sociedade capitalista expressa na teoria dos regimes de acumulação, cuja análise recobre o modo de produção capitalista, modos de produção subordinados, formas de regularização das relações sociais (formas de consciência, ideologias, valores, cultura, representações cotidianas, etc.), além das tendências e possibilidades de transformação social.

Destarte, a obra de Nildo Viana é caracterizada pela crítica radical e total da sociedade capitalista e, conseqüentemente, pela recusa e proposta de abolição do estado,

crítica radical das organizações burocráticas, tais como partidos políticos, sindicatos, cooperativas, escolas e universidades. Ademais, seu pensamento é autogestionário, calcado no pressuposto de que autogestão coletiva generalizada é a base e a essência da nova sociedade que tende a substituir o capitalismo.

No ano de 1997 publica seu primeiro livro, intitulado *A Consciência da História: ensaios sobre o materialismo histórico-dialético* e no ano seguinte escreve *Escritos Metodológicos de Marx*. Estas obras inauguram suas contribuições para a teoria marxista da consciência, ao mesmo tempo em que resgatam o caráter revolucionário e atualizam os esforços do fundador do marxismo no que tange ao método dialético e ao materialismo histórico (VIANA, 2007a; 1998).

A partir destes trabalhos iniciais realiza uma monumental produção intelectual, que conta com mais de duzentos artigos e mais de quarenta livros publicados, todos marcados por um caráter autogestionário. Dentre eles, destacam-se: *A Esfera Artística: Marx, Weber, Bourdieu e a Sociologia da Arte* (VIANA, 2007b); *Universo Psíquico e Reprodução do Capital – Ensaio Freud-Marxistas* (VIANA, 2008a); *Os Valores na Sociedade Moderna* (VIANA, 2007c); *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral* (VIANA, 2009); *O Que são Partidos Políticos?* (VIANA, 2014a); *Estado, Democracia e Cidadania – a dinâmica da política institucional do capitalismo* (VIANA, 2015a); *A Mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas* (VIANA, 2016a); *Os Movimentos Sociais* (VIANA, 2016b); *Karl Marx: a crítica desapiedada do existente* (VIANA, 2017a); *O modo de pensar burguês – episteme burguesa e episteme marxista* (2018b); *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas* (2019c); *A dialética revolucionária* (2024), entre inúmeros outros<sup>1</sup>.

### **O que é a autogestão?**

Como mencionamos, a produção intelectual de Nildo Viana é caracterizada por ser expressão da perspectiva marxista autogestionária. Contudo, devido à amplitude de sua

---

<sup>1</sup> Uma síntese da obra de Nildo Viana pode ser encontrada na coletânea de artigos organizada por Edmilson Marques e Lucas Maia, publicada pela editora portuguesa Chiado (MARQUES; MAIA, 2018).

obra e aos limites do objetivo proposto nesta seção, iremos nos focar em alguns dos trabalhos onde ele se dedica especificamente à discussão sobre o conceito de autogestão social e sua relação com o projeto autogestionário, fundamentos de sua concepção de autogestão (VIANA, 2007d; 2008b; 2017b; 2019a).

Para tanto, uma breve discussão sobre o conceito de autogestão deve ser o ponto de partida. Antes de mais nada, é necessário dizer que a autogestão, assim como todas as palavras, é alvo de distintas interpretações derivadas de distintas perspectivas de classe, que expressam valores, sentimentos, interesses, concepções, mentalidade, etc., opostos e, em se tratando da burguesia e do proletariado, as classes fundamentais do capitalismo, antagônicos. Dessa forma, como exposto por Bakhtin (2014) a linguagem é uma produção histórica e social, que é perpassada e expressa as lutas – de classes – sociais: existe um envolvimento real entre a linguagem e tais lutas, ou seja, há a luta de classes perpassa os signos, geradora de diversas concepções sobre um mesmo fenômeno etc. Isso implica partir da historicidade dos conceitos<sup>2</sup>, os quais são indissociáveis da história das sociedades nas quais emergem.

Para muitas pessoas, a autogestão é um “método de gestão de empresas”. Outros defendem a autogestão como a “forma política” assumida pela sociedade comunista, isto é, a “democracia direta”. Além disso, já na década de 1970 o termo entrou em voga e virou

---

<sup>2</sup> Os conceitos são expressões da realidade, produções humanas, históricas, complexas tais como a realidade social que eles expressam e da qual são totalmente dependentes. Os conceitos emergem graças às necessidades produzidas pelo constrangimento das relações sociais. Existem os conceitos universais (tais como modo de produção, cuja existência remete a todas as sociedades historicamente constituídas pela humanidade), os conceitos singulares (é o caso do conceito de mais-valor, forma de extração de mais-trabalho e relação de exploração existente apenas nas sociedades capitalistas, seja em sua forma privada ou estatal), os conceitos expressivos (que são expressão de uma realidade existente) e os conceitos antecipadores (expressão de uma realidade que ainda não existe, uma possibilidade histórica já presente numa consciência antecipadora e indissociável de um projeto político, isto é, um conceito possível por ser expressão de uma realidade possível, uma potencialidade histórica que, a depender da realidade social, pode ou não se concretizar). Já os construtos são elaborações sistemáticas de uma falsa noção de realidade, que ao invés de ser sua expressão acabam por deformá-la. Por conta disso é que nos construtos pode estar ausente a historicidade e a relação com os demais aspectos da totalidade concreta que é a realidade social em suas múltiplas determinações. Um construto tomado isoladamente ou inserida numa totalidade abstrata e metafísica, quer dizer, desvinculada das relações sociais concretas, é um modelo criado pelo intelectual que busca encaixar a realidade, adequando-a ao modelo inventado. Acerca da distinção entre conceitos – partes da teoria, um universo conceitual – e construtos – elementos das ideologias, sistemas construtais – conferir Viana (2007a).

moda, tanto que os sindicatos e partidos políticos buscaram incorporar em seus discursos e programas seções dedicadas à autogestão<sup>3</sup> (GUILLERM; BOURDET, 1976).

Assim, resgatando as contribuições de Guillerm e Bourdet (1976), Viana (2007d; 2008b) distingue o termo autogestão de outras expressões aparentemente dotadas do mesmo significado; a autogestão não é sinônimo de “participação”, “cogestão”, “controle operário” ou “cooperativa”. A participação não é autogestão: ela significa participar de algo que já existe, de uma atividade cujos meios e fins que lhe são próprios. O participante se mistura de modo individual ao grupo preexistente e carece de iniciativa, como um flautista numa orquestra. A cogestão é uma forma de expropriar o saber criado pela classe operária, integrando sua criatividade e iniciativa na lógica da produção capitalista (em especial visando aumentar a extração de mais-valor relativo, vinculado ao aumento da

<sup>3</sup> A origem do signo autogestão é dupla. No primeiro caso, remete à Iugoslávia do regime de capitalismo estatal comandado pela Liga dos Comunistas de Josip Broz Tito (no idioma servocroata *samoupravlje*, união de *samo* – auto – e *upravlje* – gestão –) que foi uma tentativa de constituir uma variante do capitalismo de estado da URSS. No regime “titoísta” o que houve na verdade foi uma cogestão, uma vez que a participação dos trabalhadores se limitava às fábricas e pequenas empresas, num contexto mais amplo de estatização dos meios de produção e sua administração pela burguesia de estado encastelada na Liga (que apesar do nome funcionava como um partido político), isto é, uma forma de heterogestão capitalista. Já a segunda aparição se dá na França, expressando o mesmo significado atribuído ao regime capitalista estatal na Iugoslávia. Todavia, é na mesma França após a emergência das lutas estudantis e operárias radicalizadas no maio de 1968 que o termo autogestão é ressignificado: aqui temos a união entre o signo e o ser (aqui entendido enquanto categoria do pensamento, um recurso intelectual para pensar a realidade concreta e que, no caso da autogestão, significaria um determinado “ser”, já definido por Marx como “comunismo”, “autogoverno dos produtores”, “produtores livremente associados” e posteriormente atualizado à luz das novas experiências revolucionárias do proletariado por Pannekoek através do termo “sistema de conselhos”), isto é, o projeto futurista de uma sociedade sem classes, autogerida e marcada pelo fim da divisão social do trabalho e das relações de exploração e dominação de classe. Devido à contrarrevolução cultural preventiva elaborada pelos ideólogos com a derrota das lutas de 1968 na França, o termo autogestão é deformado e recebe uma conotação destotalizante e despolitizante. Num primeiro momento é negada a categoria da totalidade e sua importância metodológica ao retirar o fenômeno social autogestão de seu contexto social, histórico, político e sua inserção na totalidade das relações sociais, cujo desdobramento necessário é a ressignificação da autogestão enquanto um termo técnico, isolado e apartado das lutas de classes, do estado e do capital. Todas as deformações ideológicas da autogestão se caracterizam por retirá-la da totalidade concreta e simultaneamente substituir uma concepção totalizante que remete a uma nova sociedade por uma concepção fragmentadora, reduzindo a autogestão a mudanças no interior do capitalismo: exemplo disso é a produção do ideólogo francês Pierre Rosanvallon, vinculado à CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho, central sindical). No regime de acumulação integral outra apropriação ideológica (ideologias são produtos da divisão social do trabalho, formas complexas de pensamento ilusório, uma falsa consciência sistematizada produzida pelos especialistas no trabalho intelectual, os intelectuais ou ideólogos) da autogestão e expressão de deformação de seu significado é a “economia solidária”, que na realidade trata-se do modo de produção cooperativista, subordinado às relações de produção e distribuição capitalistas, além de dependente de intervenção e/ou financiamento estatal: aqui temos outra forma de cogestão, restrita à administração (VIANA, 2013; 2014b).

produtividade), permitindo assim uma participação restrita ao processo de produção, quer dizer, aos meios: na cogestão os fins são determinados por outrem, o que conduz à predeterminação no que concerne aos meios.

O controle operário é um avanço limitado em relação à autogestão, embora ainda circunscrito aos elementos que não questionam a existência do salaríato: a experiência de controle operário na ex-URSS demonstrou que neste contexto o proletariado se limitava à supervisão e inspeção de decisões tomadas não pelos operários e sim por instâncias superiores, como o estado e o partido político<sup>4</sup>. As cooperativas estão indissoluvelmente ligadas ao modo de produção capitalista e são por ele subordinadas, o que implica reconhecer que elas não determinam seus objetivos, além de estarem sujeitas às relações de distribuição capitalistas (mercado) bem como à regularização estatal.

Todas essas supostas alternativas podem subsistir no capitalismo e são por ele assimiladas, dada a impossibilidade de existência das “ilhas de autogestão” circundadas pelo oceano capitalista:

mas podemos dizer também que as definições acima deixam entrever que não existe muita diferença entre todos estes termos, pois todos eles possuem algo em comum: em todas essas formas de “participacionismo” permanece exterior aos trabalhadores a determinação dos fins e uma “codeterminação” no que se refere aos meios. Por conseguinte, o termo cogestão engloba todos os outros termos e, sendo assim, ele é suficiente para marcar a diferença entre a autogestão e as outras formas de gestão que se dizem “democráticas” (VIANA, 2007d, p. 8, aspas no original).

Para compreender como se engendra a possibilidade histórica da autogestão, é imprescindível uma discussão prévia a respeito do solo no qual ela tende a brotar: a sociedade capitalista. Os modos de produção possuem como determinação fundamental o conceito de relações de produção, cuja dinâmica fornece o fundamento para o conjunto das demais relações sociais. Com o surgimento da propriedade privada emergem as classes sociais<sup>5</sup> e a luta de classes, o que implica reconhecer que nas sociedades classistas as

<sup>4</sup> A respeito dos limites da defesa do controle operário pelos bolcheviques e como tal proposta serviu para consolidar a contrarrevolução oriunda do golpe de estado que paulatinamente destruiu e esvaziou os soviets, veja Brinton (1975).

<sup>5</sup> As classes sociais são compostas por indivíduos que partilham de um modo de vida comum (modo de atividade, condições de vida) os quais geram interesses comuns e oposição às demais classes. O modo de vida em comum é derivado de uma determinada posição na divisão social do trabalho, a qual é condicionada

relações de produção – e, em consequência disso, a totalidade da vida social – são relações entre classes sociais, marcadas pela exploração, dominação, luta e conflito de interesses (VIANA, 2019a).

Por um lado, temos as classes exploradoras e proprietárias, que sobrevivem graças à extração de mais-trabalho e, por outro lado, as classes exploradas e não-proprietárias, que produzem os bens materiais e as riquezas das quais não usufruem. Tal dinâmica, na sociedade capitalista, instaura o conflito entre o trabalho vivo (a força de trabalho ativa, expressa na atividade da classe produtora e explorada) e o trabalho morto (manifesto no trabalho acumulado em bens materiais e riquezas apropriadas pela classe dominante).

No capitalismo, a forma específica de extração de mais-trabalho é o mais-valor: a classe dominante é o conjunto de indivíduos pertencentes à classe capitalista, que personifica o trabalho morto<sup>6</sup>. Já o trabalho vivo é produzido pelo proletariado, cuja exploração inaugura a era burguesa, fundada no processo de acumulação de capital que conduz à sua centralização e concentração expressa nos oligopólios – um pequeno número de empresas capitalistas dominando as relações de distribuição. Sobre o processo de extração do mais-valor, Viana coloca que

---

pelo conjunto das relações de produção: o modo de produção dominante é a determinação fundamental no interior desta divisão social do trabalho. É no seio do modo de produção dominante que emergem as duas classes fundamentais de uma determinada sociedade: as relações entre elas constituem as relações de produção dominantes, expressando relações de exploração e luta. Os modos de produção subordinados e as relações de produção que lhes são específicas também constituem outras classes sociais. Ademais, com o avanço da divisão social do trabalho que caracteriza o capitalismo temos o surgimento de novas classes e frações de classe, em especial com o surgimento de novas classes improdutivas (a intelectualidade e a burocracia, na sociedade capitalista) cuja posição na divisão social do trabalho está vinculada às atividades que criam as condições necessárias para a reprodução das relações de produção dominantes. Ao lado destas classes improdutivas há o aparecimento das classes marginais, que como o nome deixa entrever se encontram marginalizadas na divisão social do trabalho. A complexificação da divisão capitalista do trabalho faz com que todas estas classes oriundas do modo de produção dominante, modos de produção subordinados e formas sociais entrem em conflito por seus interesses. Acerca da teoria marxista das classes sociais, conferir Marx, (1977; 2008) Marx e Engels (2004; 2006) e Viana (2018).

<sup>6</sup> “Como capitalista ele é apenas capital personificado. Sua alma é a alma do capital. O capital tem um único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, os meios de produção, a maior massa possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalismo consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista.” (MARX, 1983, p. 188-189).

trata-se de um excedente que só pode existir devido ao trabalho humano, vivo, concreto, que transforma as matérias-primas, utilizando ferramentas e máquinas, em um produto novo, com um valor acrescido ao anterior. O trabalho humano realizado acrescenta valor às mercadorias produzidas, produz um excedente. Este excedente produzido pelos proletários é apropriado pelos capitalistas. Estes, apenas com seus meios de produção, não adquiriram nenhum excedente. Este excedente, portanto, é produto do trabalho vivo da classe operária. Esta classe, ao acrescentar valor às mercadorias, ao produzir um mais-valor, permite a acumulação de capital e o predomínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo, isto é, da classe capitalista sobre a classe operária. Uma vez se apropriando do mais-valor produzido pela classe operária, a classe capitalista realiza o processo de acumulação de capital e reinveste no processo produtivo e assim aumenta sucessivamente o seu capital (VIANA, 2019a, p. 12).

A dinâmica da exploração capitalista gera duas formas fundamentais de extração de mais-valor. O mais-valor absoluto decorre da ampliação da jornada e do aumento das horas trabalhadas: ao comprar a força de trabalho, o capitalista se apropria gratuitamente do excedente produzido pelo proletariado. Já o mais-valor relativo resulta do incremento da produtividade, que intensifica o ritmo de trabalho e reduz o tempo necessário para a reprodução da força de trabalho.

Entre as principais consequências históricas da acumulação capitalista destaca-se sua tendência à expansão e universalização. O capitalismo destrói ou subordina outros modos de produção, integrando-os à sua lógica e estendendo-se progressivamente a todos os espaços sociais. Esse processo aprofunda a mercantilização das relações sociais e amplifica a presença de organizações burocráticas, estruturadas na relação entre dirigentes e dirigidos — um mecanismo central para a reprodução da sociabilidade capitalista. Como resultado, intensifica-se o controle social (VIANA, 2019a).

Além disso, outro desdobramento da acumulação capitalista é a mudança na composição orgânica do capital. O desenvolvimento capitalista constrange a burguesia ao aumento crescente em investimentos nos meios de produção (capital constante) e na diminuição progressiva dos gastos com a força de trabalho (capital variável). Porém, como somente esta última é geradora de valor (quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de mercadorias, medida em tempo), surge a tendência declinante da taxa de lucro médio: o trabalho morto expresso nos meios de produção se alastra para toda a sociedade. Ocorre que este último apenas repassa valor às mercadorias, o que acarreta a

diminuição da produção de mais-valor pela força de trabalho. Isso faz com que a classe dominante crie contratendências à queda da taxa de lucro, tais como a intervenção estatal, a inflação e, em casos extremados, as guerras, sinônimo de destruição em massa das forças produtivas.

O capital é uma relação social, isto é, uma relação de exploração e dominação de classe. Os dois agentes reais deste processo são a classe capitalista e a classe proletária. A relação capital se expressa na luta em torno do mais-valor, o que significa dizer que o mais-valor constitui as duas classes sociais e caracteriza o modo de produção capitalista. Ocorre que tal movimento não se dá sem resistência e luta por parte do proletariado: tal processo toma a forma de sucessão dos regimes de acumulação, que marcam a história do capitalismo e são produtos das lutas de classes, em especial da luta operária contra a exploração capitalista.

32

Assim como Marx demonstrou que a história das sociedades é marcada pela sucessão dos modos de produção (MARX; ENGELS, 2004), Nildo Viana demonstra que a sociedade capitalista é marcada pela sucessão dos regimes de acumulação<sup>7</sup>. Os regimes de acumulação são formas relativamente estáveis das lutas de classes, cujas características essenciais são uma determinada forma de extração de mais-valor, determinada formação estatal e determinada configuração da exploração internacional. De modo aproximando e em se tratando da Europa Ocidental (berço do capitalismo), temos que o surgimento da sociedade capitalista foi caracterizado por uma formação inicial marcada pela produção capitalista em situação de marginalidade, convivendo com o estado absolutista, a pilhagem e o sistema colonial. Estas foram as primeiras fontes de acumulação que deram as condições de possibilidade para a revolução industrial e a consolidação do capitalismo (VIANA, 2019a).

Nesse contexto é que surge o regime de acumulação extensivo, caracterizado pela exploração capitalista na busca pelo aumento da extração de mais-valor absoluto, pelo estado liberal que a torna regular e pelo neocolonialismo como sua forma de exploração

---

<sup>7</sup> Devido ao espaço, apresentaremos as características básicas e fundamentais dos regimes de acumulação e sua sucessão. Para um maior aprofundamento, veja-se Viana (2009; 2015a).

internacional. Tal regime de acumulação emerge no final do século XVIII e permanece até sua sucessão na primeira metade do século XIX. O regime de acumulação posterior é o regime de acumulação intensivo, marcado pela busca no aumento da extração de mais-valor relativo através da organização científica do trabalho (taylorismo), pelo estado liberal-democrático e pelo imperialismo, baseado na exportação de capital-dinheiro. O regime de acumulação intensivo durou da segunda metade do século 19 até a primeira metade do século 20 (VIANA, 2019a).

33 Com o fim da Segunda Guerra Mundial temos o aparecimento de um novo regime de acumulação, o intensivo-extensivo (conjugado). No regime de acumulação conjugado a dinâmica da exploração capitalista assume a forma do fordismo (com o mote de aperfeiçoar a organização taylorista do trabalho visando o aumento da extração de mais-valor relativo, sobretudo com o desenvolvimento tecnológico), o estado integracionista (ideologicamente denominado de “bem-estar social”) e o imperialismo transnacional. Aliado a isso, emerge o processo de transferência de mais-valor absoluto dos países de capitalismo subordinado para os países de capitalismo imperialista. O regime de acumulação conjugado entra em crise na década de 1960 e apenas nos anos 1980 constitui-se o regime de acumulação integral, que busca combinar o aumento da exploração tanto através da extração de mais-valor absoluto quanto da extração de mais-valor relativo, aliado a uma nova formação estatal (estado neoliberal) em conjunto com o hiperimperialismo, que manifesta uma agressividade e beligerância inéditas na história do capitalismo. O lema do regime de acumulação integral é maximizar a exploração por todos os meios e em todos os territórios (VIANA, 2019a).

A dinâmica de sucessão dos regimes de acumulação é expressão do desenvolvimento capitalista, marcada pela tendência declinante da taxa de lucro médio, pelas necessidades da acumulação capitalista (com o estado cumprindo papel essencial no sentido de garantir a reprodução do capital através de ações que cumprem as tarefas políticas e econômicas da classe dominante) e pela luta proletária: a combinação entre estas duas é a determinação fundamental para as crises nos regimes de acumulação, manifestando a tendência para a superação do capitalismo. Assim, a história do capitalismo

mostra que a passagem dos regimes de acumulação demonstra os obstáculos e as dificuldades sempre crescentes para sua reprodução.

No caso do regime de acumulação extensivo, foi o avanço da luta operária (sobretudo a heroica Comuna de Paris de 1871), num contexto de expansão da acumulação capitalista e surgimento dos primeiros oligopólios teve como resposta a luta operária pela redução das jornadas de trabalho, cuja vitória inaugurou uma crise. Com a derrota dos comunardos parisienses temos a passagem para o regime de acumulação intensivo, que prontamente seria abalado pelo avanço das lutas proletárias que tomaram a forma da constituição dos soviets (conselhos operários, desenvolvendo a forma organizacional esboçada na Comuna) na Rússia, Hungria, Itália, Alemanha, tanto durante quanto logo após a Primeira Guerra Mundial. As derrotas e o esvaziamento dos conselhos operários marcam a ascensão do nazismo alemão e do fascismo italiano, fazendo estourar a Segunda Guerra<sup>8</sup> (VIANA, 2019a).

34

O regime de acumulação conjugado foi marcado pela relativa estabilidade nos países de capitalismo imperialista (em especial pela ação do estado integracionista e suas políticas de integração da classe operária) convivendo com o acirramento dos conflitos sociais nos países de capitalismo subordinado, dadas a expansão e a universalização das relações de produção capitalistas, marcada pela transferência de mais-valor absoluto do bloco subordinado para o bloco imperialista, focado na busca pelo aumento de mais-valor relativo.

Neste contexto, as contradições do desenvolvimento capitalista nos países imperialistas aliadas ao acirramento das lutas de classes nos países subordinados (muitos sob ditaduras militares) fazem eclodir confrontos radicais nos finais dos anos 1960, cuja maior expressão foi o maio de 1968 na França. A emergência do regime de acumulação integral marca uma reação da classe capitalista, na forma de buscar intensificar o processo

---

<sup>8</sup> Cabe recordar que existiram outros regimes de acumulação além dos aqui indicados, tais como o regime de acumulação estatal (capitalismo de estado na ex-URSS como principal potência) e o regime de acumulação bélico (a exemplo do nazifascismo na Alemanha e Itália).

de exploração e promover mudanças institucionais, ideológicas e culturais<sup>9</sup>, cuja resposta mais recente se dá com o ressurgimento de formas de auto-organização de setores contestadores (como a juventude), bem como de experiências semelhantes, tais como o movimento Piquetero na Argentina (demonstrando a potencialidade da luta do lumpemproletariado<sup>10</sup>), as lutas em Oaxaca no México e outras experiências no capitalismo subordinado, convivendo com o esboço de lutas dos trabalhadores e de movimentos sociais também no bloco imperialista (VIANA, 2019a).

É devido a isso que Viana (2019a) irá relacionar e ressaltar que o desenvolvimento da luta operária é a força motriz para colocar em xeque e superar a sociedade capitalista. Sendo o capital uma relação de produção que se realiza nas fábricas e outras unidades de produção (produção agrícola assalariada, construção civil, etc.) cuja forma (o assalariamento) se expande e se generaliza para o conjunto da sociedade, a autogestão só pode ser entendida como uma relação de produção, a qual para finalmente pôr fim ao capitalismo necessita se expandir e se articular com as lutas das demais classes inferiores e setores contestadores do capitalismo, o que requer a fusão da teoria revolucionária com a atividade revolucionária expressa na autogestão das lutas pelo proletariado e aqueles que com ele querem lutar pela emancipação humana.

A luta operária ocorre cotidianamente: às vezes, mesmo sem consciência e organização, o proletariado resiste contra a exploração e dominação perpetradas pelo capital. Exemplos desse processo são as faltas ao trabalho (absenteísmo), a diminuição proposital da produção (“operação-tartaruga”), quebra de máquinas, etc. Isso revela que a

---

<sup>9</sup> Espelho deste processo foi a contrarrevolução cultural preventiva a partir dos anos 1970, o surgimento de novas formas de cooptação (em especial dos grupos sociais oprimidos) e de políticas microrreformistas (que se restringem a determinados grupos sociais, via abandono de políticas de reformas sociais e adesão às políticas segmentares). Isso conduz ao entendimento de que a passagem para um novo regime de acumulação é marcada também por mutações culturais (especialmente a alteração do paradigma hegemônico, forma concreta e específica da episteme burguesa; assim, temos que em regimes de acumulação diferentes emergem paradigmas hegemônicos diferentes) ideológicas e pela renovada necessidade da classe dominante em dissimular seus verdadeiros interesses de classe: para isso conta com a ação de suas classes auxiliares, a burocracia e a intelectualidade (VIANA, 2019a; 2009; 2018b).

<sup>10</sup> Sobre o lumpemproletariado, o aumento da lumpemproletarização no regime de acumulação integral e os impactos deste processo na luta de classes na Argentina, conferir: Braga (2024).

luta de classes não cessa mesmo em períodos de relativa harmonia entre suas classes fundamentais. Em determinadas épocas o proletariado avança de suas lutas espontâneas<sup>11</sup> para as lutas autônomas: mediante as greves selvagens passa a questionar a burocracia dos partidos, sindicatos e demais “representantes”, entrando em confronto direto com a classe capitalista. O instrumento de luta mais emblemático desse desenvolvimento da luta operária é a greve geral, onde o proletariado articula-se a nível nacional e passa por cima das ações meramente isoladas e restritas às frações de classe.

Nesse estágio, a solidariedade operária marca a politização da greve, na forma de combate às políticas do estado (principal organização capitalista e guardião dos interesses de classe da burguesia) ou mesmo da exigência de medidas políticas (melhores condições de trabalho, aumento dos salários, etc.). A ascensão das lutas autônomas se inicia em geral com os comitês de greve: porém, ainda não estamos diante de uma luta revolucionária, apesar da recusa do capital e da burocracia, bem como da criação de formas de auto-organização. O principal limite das lutas autônomas é a falta de um projeto revolucionário, manifesto na ausência de articulação e da generalização da auto-organização para todos os aspectos da vida social. As derrotas das lutas autônomas marcam o retorno à normalidade capitalista. A luta autônoma, em que pese os seus avanços, “é uma luta revolucionária sem consciência revolucionária” (VIANA, 2019a, p. 23).

O verdadeiro salto qualitativo e quantitativo nos estágios da luta operária se dá com a passagem das lutas autônomas para as lutas autogestionárias. Aqui temos um triplo avanço: a) na ação, que se torna ainda mais radical; b) na consciência, que avança num sentido revolucionário; c) nas formas de auto-organização, que se desenvolvem na forma de associação operária via greves de ocupação ativa e generalização dos conselhos, comitês, comunas, etc. A hegemonia (vigência cultural) proletária se alastra para o conjunto da vida social, fazendo com que o objetivo de transformação radical e total da sociedade se consolide nas ações e na mentalidade das classes exploradas. Com o avanço promovido pelas lutas autogestionárias, a autogestão das lutas se dá em conjunto com a

---

<sup>11</sup> Sobre os diferentes estágios da luta operária (espontâneas, autônomas e autogestionárias), seu desenvolvimento e a crítica aos limites do autonomismo, consultar Jensen (2001).

autogestão na produção e nas formas sociais, havendo a recusa completa do capital, estado e burocracia – estes dois últimos expressam o perigo da contrarrevolução – os quais lutam para garantir seus interesses de classe, destruir as experiências autogestionárias e manter o capitalismo (VIANA, 2019a).

Aqui temos a passagem da guerra civil oculta para a guerra civil aberta, evidenciando o antagonismo na forma da dualidade política: de um lado, o controle exercido pela dominação da burguesia efetivada pelo estado via ação da burocracia, expressando sua política conservadora e as relações de dominação e, por outro lado, a política revolucionária manifesta na autogestão social, hegemonia proletária e controle da produção e distribuição, sem relações de dominação, radicalizando o antagonismo entre a classe proletária e a burguesia e a burocracia. A vitória revolucionária inaugura a autogestão social, na qual a sociedade se transforma no autogoverno dos produtores livremente associados, pondo fim ao estado, capital, divisão social do trabalho, classes sociais, dinheiro e à totalidade das relações sociais burguesas. A autogestão da produção, distribuição e das formas de regularização das relações sociais se generaliza, pondo fim à pré-história da humanidade e à barbárie capitalista. Desnecessário dizer que a autogestão social é uma nova sociedade, radicalmente distinta e superior à heterogestão<sup>12</sup> capitalista e que não guarda nenhuma relação com propostas reformistas de “autogestão dentro do capitalismo”, isto é, de cogestão:

a única forma possível de autogestão (que significa efetivamente que a própria população se autogoverna e que os trabalhadores autogovernam a produção) é a do projeto revolucionário (que, às vezes, para diferenciar dessas concepções reformistas, denominamos autogestão *social*). Nesse sentido, embora possa surgir embrionariamente na sociedade atual (em épocas de acirramento da luta de classes, gerando autogestão das lutas e formas de auto-organização para sua efetivação, tal como os conselhos de fábrica, conselhos de bairros, conselhos operários), a autogestão significa uma nova sociedade, radicalmente diferente, na qual a totalidade é transformada e ganha um caráter autogerido. O modo de produção é caracterizado pela autogestão no processo de produção e distribuição, bem como nas formas de regularização das relações sociais. [...] Dessa forma, a autogestão é uma negação do capitalismo em sua totalidade e substituição da heterogestão pela autogestão no conjunto das relações sociais. Por conseguinte, a forma de constituição da sociedade autogerida não é através de mudanças isoladas no interior do capitalismo e sim mudanças gerais cuja

<sup>12</sup> “A heterogestão é o exato oposto da autogestão (gerida por si própria)” (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 20).

gênese não pode ser no interior do modo de produção capitalista através de cooperativas, fábricas ocupadas, etc., e sim através da autogestão das lutas que geram processos de auto-organização e autoformação, desenvolvimento de novas relações sociais, formas de luta, bem como consciência revolucionária (teórica e sob a forma de representações cotidianas) e formas de auto-organização, que deve culminar com a generalização desses processos, via embate com o capital e Estado, entre outras forças conservadoras, e só estabelece realmente com a destruição de ambos e dos demais aparatos de reprodução do capital, incluindo a mentalidade burguesa e burocrática e todas as organizações burocráticas, tais como sindicatos, partidos, etc. (VIANA, 2017b, p. 31-32).

Em resumo, a concepção de autogestão social desenvolvida por Viana aponta para a crítica radical das formas de cogestão (participação, controle operário, cooperativas) sinônimo de heterogestão capitalista, entendendo a autogestão social como uma nova sociedade, radicalmente distinta e superior ao capitalismo, a qual só pode se concretizar enquanto uma relação de produção que se instaura e se alastra para a distribuição e as formas de regularização das relações sociais, ou seja, de forma totalizante.

38

Ademais, Viana vê na luta operária e na autogestão das lutas pelo proletariado a força motriz para o desenvolvimento do processo autogestionário, na passagem das lutas espontâneas às lutas autônomas e destas para as lutas autogestionárias, que expressam a fusão entre o projeto autogestionário e a radicalização das formas de auto-organização constituídas pela classe operária, demais classes inferiores e setores contestadores do capitalismo, os quais devem avançar sua consciência ao aderirem ao projeto autogestionário.

Como elemento essencial desta análise destaca-se a contribuição importantíssima da percepção da historicidade do capitalismo expressa na dinâmica de sucessão dos regimes de acumulação, o que aponta para a transitoriedade desta sociedade e para as tendências e possibilidades da transformação social total e radical via autogestão coletiva e generalizada.

### **Marxismo autogestionário e estratégia revolucionária**

O marxismo é produto da luta operária. É a dinâmica dos avanços e recuos das experiências históricas do proletariado na luta por sua autoemancipação que forneceu as condições de possibilidade para o surgimento da teoria marxista. Antes de Marx, havia

autores e pensadores que já faziam a denúncia da exploração capitalista e buscavam grandes reformas sociais, tais como os socialistas utópicos Charles Fourier com seus falanstérios e Robert Owen com sua proposta de cooperativas.

Contudo, coube a Karl Marx o mérito de impulsionar decisivamente esse processo. Por meio de uma elaboração teórica rigorosa, fundada no método da abstração dialética, Marx reconstruiu o concreto em suas múltiplas determinações, captando-o como realidade social, histórica e contraditória. Esse procedimento permitiu expressar conceitualmente o movimento real e sistematizar, no plano do saber complexo, os interesses históricos do proletariado, tal como emergiam das lutas de classes e do processo de expansão do capitalismo que se desenvolviam diante de seus olhos na segunda metade do século XIX. Assim, Marx pôde estabelecer as bases teórico-conceituais da teoria revolucionária. Nessa perspectiva, o marxismo tende a avançar em períodos de ascenso das lutas operárias e, inversamente, a recuar ou permanecer circunscrito a círculos marginais quando o movimento proletário atravessa fases de estagnação ou refluxo.

Assim, a história do marxismo está indissolivelmente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e às tendências e possibilidades de sua superação por meio da luta revolucionária do proletariado. Isso torna fundamental um estudo atento e crítico das experiências revolucionárias, capaz de reconhecer seus avanços, bem como de identificar seus limites e especificidades históricas. Um exemplo expressivo dessa dinâmica é a reavaliação que Marx realizou das medidas de estatização propostas no Manifesto Comunista à luz da experiência da Comuna de Paris. A observação concreta da ação dos comunardos o levou a compreender que seu objetivo teórico sempre fora o de contribuir para a superação total e radical do capitalismo e que a Comuna havia revelado, pela primeira vez, a forma historicamente encontrada para a emancipação proletária. Nesse processo, Marx também percebeu que o Estado não poderia ser simplesmente tomado ou utilizado, mas deveria ser abolido e substituído pelo que denominou “autogoverno dos produtores” (MARX, 2011).

Nesse sentido, é útil recordar as contribuições de Karl Korsch (1977) a respeito das fases atravessadas pela teoria marxista até o início do século XX, sobretudo no contexto

Europeu. Para o autor, a história do marxismo pode ser compreendida em três grandes momentos. O primeiro corresponde ao período revolucionário que se expressa nos escritos de Marx diretamente voltados à intervenção política e às lutas radicais do proletariado, especialmente a partir do surgimento da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). O segundo caracteriza-se pelo recuo das lutas proletárias, momento em que Marx se dedica prioritariamente à análise do processo de produção e distribuição próprio do capitalismo, sintetizada em *O Capital*, fase que coincide com a emergência da II Internacional, hegemônica pela social-democracia e pelo reformismo que a caracteriza. O terceiro momento é marcado pela reativação das lutas operárias em chave radical e pela retomada do marxismo revolucionário, expressa nos escritos de Lênin, Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek.

40

Convém destacar que, em razão de seu próprio desenvolvimento intelectual e da influência do avanço das lutas proletárias sobre sua reflexão, bem como da percepção do caráter de classe do bolchevismo, que Korsch passa a identificar como burocrático, o autor posteriormente reconsidera essa periodização. Em sua revisão, Lênin deixa de figurar como representante do terceiro momento e passa a ser situado no segundo, ao lado de Karl Kautsky e Eduard Bernstein, principais ideólogos da social-democracia alemã e do reformismo dela derivado.

Viana (2017b) parte dessas contribuições e, valendo-se da teoria dos regimes de acumulação, propõe uma atualização e um avanço na periodização da história do marxismo. Aqui se aprofunda a tese de que a história do materialismo histórico-dialético deve ser explicada a partir do próprio materialismo histórico-dialético, tomando as determinações do desenvolvimento capitalista e das lutas proletárias como chaves interpretativas centrais. Nessa perspectiva, o marxismo — que, de acordo com Korsch (1977), não é senão a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado — corresponde, no regime de acumulação extensivo, ao marxismo originário de Marx e Engels. Trata-se do período contemporâneo às lutas operárias pela redução da jornada de trabalho e à experiência da Comuna de Paris de 1871, primeira forma de autogoverno proletário e marco inaugural das tentativas de autogestão da classe trabalhadora.

Com a passagem para o regime de acumulação intensivo algumas reivindicações do proletariado são atendidas e simultaneamente ocorre a burocratização e legalização dos sindicatos e partidos operários<sup>13</sup>. Este processo se deu com a passagem da democracia censitária (baseada na renda como critério do voto) para a democracia partidária, que legalizou os sindicatos e instituiu a mediação burocrática dos partidos no processo eleitoral mediante ação estatal.

A relativa estabilidade do novo regime de acumulação é rompida com os avanços da luta operária, através do surgimento e explosão dos conselhos operários na Rússia (denominados “soviets” nesse país, surgidos em 1905 e ressurgindo em 1917), Alemanha, Hungria, Itália. Nesse período emerge a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado a partir da crise no regime de acumulação intensivo: o comunismo de conselhos, cujos principais representantes foram ao longo das experiências de formação dos conselhos operários rompendo paulatinamente com os partidos e sindicatos, vendo nestas organizações um caráter de classe burguês e, portanto, contrarrevolucionário.

Ademais, o maior número de informações e a brutal repressão dos bolcheviques ao movimento revolucionário na Rússia (transformada numa “União Soviética” sem soviets, que cumpriam apenas as diretrizes do estado e perderam todo seu conteúdo proletário) fazem os conselhistas perceberem naquele território a emergência de uma variante do capitalismo privado: o capitalismo de estado, onde a burocracia antes encastelada no partido político se apossa do poder estatal e mediante a estatização dos meios de produção transforma-se em burguesia de estado, ao mesmo tempo se apropriando do mais-valor extorquido da exploração da classe operária e tendo o monopólio da principal forma de regularização das relações sociais capitalistas. Para os comunistas de conselhos, a crítica da burocracia dos partidos, sindicatos e do estado está aliada à defesa dos conselhos operários enquanto princípio da luta proletária num horizonte revolucionário, ao mesmo

---

<sup>13</sup> Cujo exemplo mais nítido é a social-democracia alemã. A este respeito, conferir Michels (1982) e Przeworski (1989).

tempo pondo em xeque as relações de produção burguesas e sendo o embrião da futura sociedade comunista<sup>14</sup>.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial emerge o regime de acumulação conjugado (intensivo-extensivo), marcado por um contexto de total marginalização do marxismo. Nessa época, a divulgação e produção teóricas estavam restritas a pequenos círculos, formados por militantes do comunismo de conselhos que por força do nazismo tiveram de fugir da Alemanha e se refugiar em outros países, como os EUA.

O regime de acumulação conjugado também foi o momento no qual a hegemonia bolchevique se fez mais forte, em especial com sua mescla com as lutas de libertação nacional nos países de capitalismo subordinado, convivendo com as diretrizes que emanavam de Moscou e sua influência poderosa nos países subjugados ao imperialismo soviético. A radicalização das lutas operárias e estudantis no final dos anos 1960 (simultaneamente no capitalismo privado e no capitalismo estatal, tanto no bloco imperialista quanto no bloco subordinado) e as dificuldades da acumulação capitalista trazem consigo a retomada do interesse pela teoria revolucionária, aliada ao surgimento de algumas tendências (tais como o situacionismo e o autonomismo) que malgrado suas ambiguidades são expressão de renovação intelectual.

A emergência do regime de acumulação integral marca um conjunto de mutações culturais: no plano do desenvolvimento teórico, é primeiramente na França que surge a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado na contemporaneidade, isto é, o marxismo autogestionário. O marxismo autogestionário retoma e atualiza as teses marxistas presentes no marxismo original e no comunismo de conselhos: trata-se da expressão teórico-política do movimento revolucionário do proletariado, um saber complexo cujo objetivo final é a revolução autogestionária, com base na teoria da história produzida por Marx e outras teorias produzidas pelo fundador do marxismo, além de seus continuadores mais avançados (tais como Karl Korsch e Anton Pannekoek) até os mais

---

<sup>14</sup> Uma interessante síntese da origem e dos princípios do comunismo de conselhos, suas posições diante das tendências contemporâneas no movimento operário e sua relação com a teoria da autogestão social pode ser vista em Maia (2010).

recentes, a partir de um desenvolvimento e atualização posteriores à luz da nova dinâmica da luta de classes constituída pelo regime de acumulação integral. Dito de outro modo, o marxismo autogestionário é “a forma contemporânea do marxismo autêntico” (VIANA, 2015b, p. 25).

De acordo com Viana (2015b; 2020), os princípios fundamentais do marxismo autogestionário são os seguintes: a) a crítica total e radical da sociedade capitalista; b) a crítica radical e total das ideologias; c) a autoemancipação proletária (quer dizer, a revolução proletária efetivada pela classe operária e o conjunto de seus aliados) é a forma de realização da autoemancipação humana (o humanismo concreto, portanto revolucionário); d) a autogestão é a essência da sociedade pós-capitalista (e não uma “parte dela”: trata-se da sua determinação fundamental que uma vez surgindo necessita se generalizar para o conjunto das relações sociais); e) o marxismo é sinônimo de teoria revolucionária; f) recusa e crítica da social-democracia e do bolchevismo, expressões ideológicas da burocracia, classe social contrarrevolucionária, razão pela qual deve ser radicalmente combatida, do mesmo modo que as organizações burocráticas (partidos políticos, sindicatos, estado, etc.); g) necessidade de desenvolvimento e atualização do marxismo; h) necessidade de adequação linguística do marxismo ao estágio atual do capitalismo, cuja premissa é a utilização do conceito de autogestão como substituto ao de comunismo, deformado pelo bolchevismo e pela social-democracia; i) assimilação das contribuições da psicanálise; j) análise crítica do capitalismo contemporâneo, tal como a crítica desenvolvida ao regime de acumulação integral.

Partindo dessas premissas e tendo como fundamento que a luta cultural é uma das ações mais prementes a ser realizada pelos coletivos revolucionários, o que remete para a necessidade de que a estratégia revolucionária se baseie na articulação entre meios e fins últimos na luta pela superação do capitalismo, pondo ênfase no objetivo final (a sociedade autogerida: o que significa dizer que deve haver uma coerência entre ambos e de que é o objetivo final que condiciona os meios, além de, em consequência desta premissa, ser fundamental evitar as concessões contrarrevolucionárias, tais como a participação na democracia burguesa), Viana (2019a) efetiva uma importante contribuição acerca das

tarefas dos militantes autogestionários e sua relação com a estratégia revolucionária. Ponderando que o movimento revolucionário autêntico evitou tratar da elaboração de uma estratégia revolucionária, por considerar a própria luta operária como sua verdadeira expressão, coloca que tanto para o marxismo original quanto para os comunistas de conselhos a função dos revolucionários se limitava ao acompanhamento da dinâmica das lutas operárias.

Com a emergência do pseudomarxismo houve o ocultamento de tal premissa: os autointitulados “revolucionários” buscam se autonomizar frente ao movimento operário, com o intuito de controlá-lo e dirigi-lo segundo seus próprios interesses, vinculados à conquista do poder estatal e à permanência das relações de exploração e dominação de classe. As organizações burocráticas (em especial o partido político) são supervalorizadas, com a constituição da ideologia da vanguarda.

44

Aqui Viana (2019a) percebe um ponto que unifica tanto os social-democratas quanto os bolcheviques: a classe operária necessita ser dirigida pelo partido. A negação da autogestão das lutas pela classe operária tem como complemento necessário a canalização do movimento operário para a disputa no interior da institucionalidade burguesa, com a direção férrea e onipotente do partido visando conquistar o poder estatal, quer seja pela via eleitoral (no caso da social-democracia) ou pela via golpista (bolchevismo). Assim, estão criadas as condições de uma práxis política alienante, que visa controlar a luta operária, conservando as relações entre dirigentes e dirigidos, relação social fundamental para a preservação das sociedades de classes.

Resgatando criticamente as contribuições de Marx, Otto Rühle e Rosa Luxemburgo — cujas concepções convergem para a autoemancipação proletária, para a indissociabilidade entre meios e fins e para a centralidade da classe em sua totalidade, e não de suas frações ou das organizações que reivindicam representá-la —, Viana (2019a) compreende a estratégia revolucionária como a forma específica de luta política dos militantes revolucionários. Essa forma de luta deve subordinar-se aos interesses de classe e ao desenvolvimento real do movimento operário, orientando-se sempre pelo objetivo final: a constituição da autogestão social. Daí decorre a necessidade de apreender o

processo histórico concreto que fornece as condições de possibilidade da revolução proletária, cuja base fundamental reside na luta de classes no interior da produção, reafirmando o princípio segundo o qual o modo de produção da vida material condiciona todas as demais esferas sociais.

Contudo, para a total superação do capitalismo é preciso não apenas destruir as relações de produção capitalistas: é fundamental que a autogestão se generalize, alastrando-se para o conjunto da vida social a tal ponto que consiga destruir o estado, principal forma social capitalista. Diante disso, quais as tarefas dos militantes autogestionários e como deve ser concebida a estratégia revolucionária? Viana responde:

O dever dos militantes autogestionários é, envolvidos na dinâmica da luta operária, *acelerar* o processo revolucionário e *reforçar* as condições necessárias para a vitória do proletariado. É necessário desencadear uma intensa luta cultural e política com o objetivo de jogar as classes trabalhadoras na luta direta pela sua emancipação e criar a ação revolucionária das classes exploradas. A estratégia revolucionária deve ser concebida de forma articulada e o seu conteúdo é determinado pelo desenvolvimento da luta operária. A estratégia revolucionária deve articular reforma e revolução, movimento e objetivo. [...] O dever dos militantes autogestionários é buscar *acelerar o processo revolucionário* e, ao mesmo tempo, *criar as condições necessárias que reforcem as posições do proletariado na luta política* (VIANA, 2019a, p. 29-30, *itálicos no original*).

45

Dessa forma, é preciso compreender que a separação entre movimento e objetivo conduz necessariamente ao imobilismo ou ao reformismo. Quando a ação política se concentra exclusivamente na luta imediata e trata a conjuntura como limite intransponível, o objetivo final — a sociedade autogerida — é projetado para um futuro inalcançável. Isso provoca a implosão da práxis orientada ao fim último da revolução, pois tanto o oportunismo quanto o reformismo abandonam o objetivo final: o esquecimento da autogestão social expressa uma mudança de interesses, já que a luta deixa de apontar para a superação do capitalismo e passa a orientar-se pela busca de benefícios pessoais ou vantagens competitivas no interior da sociedade burguesa.

Por outro lado, isolar o projeto final das lutas imediatas significa ignorar as tendências e possibilidades inscritas no movimento real, o que leva igualmente ao imobilismo ou ao utopismo abstrato. Quando o projeto político se separa da luta concreta por sua realização, reduz-se a mero discurso. Embora o discurso também seja uma prática

política, se ele permanece desligado da totalidade das relações sociais e desarticulado de uma prática coerente, deixa de contribuir para o processo revolucionário e converte-se, ao fim e ao cabo, em mais um obstáculo ao seu desenvolvimento (VIANA, 2019a).

Sendo assim, a articulação entre movimento e objetivo é o que permite superar o oportunismo, o imobilismo e o utopismo abstrato. Um movimento político sempre coexiste com outros movimentos, distintos, complementares ou antagônicos. A unidade entre o movimento operário e o projeto autogestionário só se efetiva quando o primeiro se mantém livre das influências contrarrevolucionárias oriundas das classes que temem e combatem a constituição da autogestão social. A oposição surge justamente quando o movimento proletário é desvirtuado pela ação dessas classes, o que pode resultar em concessões contrarrevolucionárias, sustentadas pela lógica do “mal menor” e pela renúncia à superação radical da sociedade capitalista.

46

É desse quadro que decorre a necessidade de articular as lutas imediatas — por melhores condições de trabalho, salários mais altos e outras reivindicações cotidianas — com a luta revolucionária. As lutas reivindicativas são importantes para a conquista do objetivo final, desde que não sejam tomadas isoladamente nem concebidas como fins em si mesmas, mas integradas a uma estratégia orientada para a autogestão social (VIANA, 2019a).

Nesse sentido, é preciso articular estratégia específica e estratégia global: a primeira diz respeito a um movimento social específico (negro, ambiental, feminino, etc.) ou num determinado local (lutas por moradia, por exemplo), ao passo que a segunda concerne ao movimento operário em geral e na sociedade capitalista como um todo. A estratégia global se dá quando temos uma atuação do movimento revolucionário que se alastra para o conjunto da sociedade, tendo como fundamento a hegemonia proletária: o lugar no qual se dá a estratégia específica do movimento operário é nas unidades de produção, *locus* da luta em torno do mais-valor, relação de produção que é a determinação fundamental do modo de produção capitalista.

A autogestão das lutas operárias deve avançar das greves de ocupação para as greves de ocupação ativa. Viana (2019a) enfatiza que a relação entre estratégia global e

estratégia específica é marcada por uma unidade e uma oposição: a unidade ocorre quando o conjunto das estratégias específicas acaba por reforçar reciprocamente o desenvolvimento da estratégia global. Já a oposição se manifesta em situações nas quais há um avanço da estratégia global, mas as estratégias específicas não conseguem acompanhar tal dinâmica, ou então quando as estratégias específicas acabam sendo supervalorizadas em detrimento da estratégia global. Claro está que tal oposição se manifesta a nível prático e não no plano do projeto. Caso ocorra este último caso, estamos diante de uma estratégia contrarrevolucionária, que no máximo fica no plano das reformas e não avança para o horizonte autogestionário:

a estratégia global do movimento operário, à qual as estratégias específicas devem estar submetidas, é articular as lutas em cada unidade de produção generalizando-as a ponto de expandir a nível nacional a greve geral. Essa deve assumir o caráter de greve de ocupação ativa, implantando os conselhos autárquicos [nos quais inexistente a separação entre dirigentes e dirigidos no processo de produção, tomada das decisões e fixação dos objetivos – RVS] de fábrica ou empresa que instituirão a autogestão nas fábricas e, consequentemente, a dualidade política. A estratégia global incorpora também, além da radicalização e articulação do movimento operário nas fábricas, uma intensa luta cultural contra a hegemonia burguesa (as ideologias hegemônicas, representações ilusórias, etc.) e a favor do desenvolvimento de uma hegemonia proletária intimamente articulada com os aspectos subversivos do saber popular e do saber erudito crítico. Deve combater, também, a expressão mais sistematizada e sofisticada da ideologia dominante – a ciência – através de uma produção teórica de alto nível a ser realizada pelos representantes teóricos do proletariado. Por isso, devemos lutar pela criação de meios de comunicação alternativos e produção intelectual crítica e radical para criar condições de expandir a luta cultural e reforçar as bases de resistência e avanço do movimento operário. Em uma palavra: *a luta revolucionária também é uma luta cultural*. E este é um aspecto da estratégia global (VIANA, 2019a, p. 32-33, *itálicos no original*).

Desse modo, além da busca por elaborar estratégias específicas e colaborar com a constituição e implementação da estratégia global, os militantes autogestionários têm como tarefa o fortalecimento do bloco revolucionário<sup>15</sup>, composto por um conjunto de forças

<sup>15</sup> O conjunto de mutações e transformações produzido pelo desenvolvimento da sociedade capitalista teve como resultado abrandar e tornar menos nítida a percepção da luta de classes, sobretudo entre as classes fundamentais do modo de produção capitalista (burguesia e proletariado), tanto no plano conjuntural quanto no que concerne à luta revolucionária. É visando superar este processo que Viana (2015c, p. 17) elaborou o conceito de blocos sociais: “os blocos sociais são expressões de classes e frações de classes que se unem através de suas forças organizadas e formas de consciência, gerando novos interesses e processos de luta, o que complexifica a luta de classes, inclusive pela confusão, muitas vezes estabelecida (e algumas até

políticas, classes, frações de classes e organizações <sup>16</sup>, coletivos e tendências revolucionárias ou potencialmente revolucionárias. O objetivo do bloco revolucionário é fortalecer, criar as condições e articular as lutas imediatas e específicas com a luta mais ampla e global do proletariado, a classe potencialmente revolucionária de nosso tempo: para isso, seus membros necessitam se auto-organizar, de modo a dar conta das tarefas, angariando tanto recursos humanos quanto recursos materiais a partir do foco no objetivo final e usando dos meios necessários para combater a burocratização, cooptação, corrupção e demais formas de integração e despolitização das forças revolucionárias. A ênfase do bloco revolucionário é – ao contrário do bloco dominante e do bloco progressista – no movimento real e nunca nas organizações que lhe compõem, as quais a depender do contexto necessitam ser abolidas:

deve-se no interior do bloco revolucionário, evitar todas as formas de reprodução das relações sociais típicas do capitalismo. Para conseguir isso é preciso evitar o burocratismo e, a divisão social do trabalho e, principalmente a autonomização da “direção” implantando-se relações horizontais, éticas, transparentes, sob o princípio da mais ampla liberdade de expressão e fiscalização. Por isso, também é necessário se realizar uma constante autocrítica de ideias e práticas políticas e um amplo intercâmbio entre o bloco revolucionário e o movimento operário para que através disto se supere a reprodução da ideologia e da mentalidade dominantes no movimento revolucionário. O bloco revolucionário deve caminhar no sentido da autogestão coletiva de suas atividades. Outra necessidade é combater o poder derivado da supremacia financeira através da contribuição não-obrigatória aos que não possuem recursos e outras formas que impeçam a reprodução das relações mercantis no movimento revolucionário,

intencionalmente) pelos representantes intelectuais do bloco dominante ou do bloco reformista, no sentido de desviar a luta de classes da questão fundamental, o modo de produção capitalista, para a política institucional, questões morais, disputas partidárias, etc.”. Os blocos sociais são a expressão ativa, organizada e consciente das classes sociais e suas respectivas frações, não podendo ser confundidos com elas. No capitalismo, existem o bloco dominante (os quais sistematizam a hegemonia burguesa e cujos representantes estão ocupando o poder estatal), o bloco progressista (fundado na hegemonia burocrática e formado pelos partidos, sindicatos e demais organizações “de esquerda”) e o bloco revolucionário (expressão ativa, organizada e consciente da classe proletária, cujos membros buscam reforçar e expandir a hegemonia proletária no seu interior). Os blocos sociais possuem alas específicas, o que expressa a complexidade e a oposição de interesses das classes e frações de classes das quais buscam ser expressão.

<sup>16</sup> Devido aos limites dos objetivos propostos no trabalho, iremos nos abster da discussão sobre a organização revolucionária. Apenas mencionaremos que Viana (2014b), numa obra dedicada especificamente a esta questão, enfatiza que a organização revolucionária deve ser expressão política do proletariado, não possuindo interesses próprios com os quais queira moldar o movimento operário. Ademais, a luta da organização revolucionária perpassa a crítica e recusa das organizações burocráticas, que reproduzem o capitalismo no seu interior e são obstáculos ao processo de instauração da sociedade autogerida: além disso, a organização revolucionária deve buscar se autogerir, combatendo em seu interior de forma implacável a reprodução das relações sociais capitalistas.

permitindo, assim, a participação efetiva dos setores mais desfavorecidos das classes exploradas. O objetivo fundamental dos militantes autogestionários deve ser a instauração da sociedade autogerida, o que significa, a sua própria abolição e integração nos coletivos de autogestão social (VIANA, 2019a, p. 45-46, aspas no original).

Em síntese, o marxismo autogestionário é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado no capitalismo contemporâneo, caracterizado pelo regime de acumulação integral. A sucessão de regimes de acumulação traz a necessidade cada vez mais premente de atualização da teoria revolucionária, da crítica das ideologias e criação de conceitos que visem explicar a realidade e contribuir para uma consciência correta da mesma ao explicitar os interesses históricos do proletariado.

Aliado a isso, Viana avança no sentido de fornecer os fundamentos para uma reflexão em torno da estratégia revolucionária: esta última deve aliar as lutas imediatas com o objetivo final de superação total e radical da sociedade capitalista, mediante a articulação das lutas através da união entre estratégias específicas e estratégia global do movimento operário, uma intensa luta cultural – parte integrante da luta revolucionária – visando constituir uma hegemonia proletária e uma correlação de forças favorável à vitória da revolução autogestionária.

O bloco revolucionário carrega um importante significado nesse processo: seus deveres e as tarefas dos militantes autogestionários visam criar as condições favoráveis para a autonomização do proletariado, demais classes inferiores e setores contestadores da sociedade capitalista no sentido de antecipar e acelerar o processo de autogestão das lutas, contribuindo para a instauração da sociedade autogerida.

### **Considerações finais**

O roteiro cumprido no presente texto buscou expressar os dois elementos básicos da concepção de marxismo autogestionário de Nildo Viana, visando apresentar um panorama inicial e servir como iniciação aos interessados nos estudos de sua obra e do marxismo autogestionário, com o intuito de não esgotar as discussões em torno da relevância e atualidade de suas contribuições.

Nesse sentido, no conjunto de sua obra, encontram-se imbricados dois elementos fundamentais: o conceito de autogestão social como nova forma societária resultante da vitória revolucionária do proletariado e o projeto autogestionário que se manifesta na dinâmica da passagem entre diferentes estágios da luta operária. Essa dinâmica é condicionada pelo desenvolvimento histórico da classe potencialmente revolucionária — o proletariado — que, ao deixar de ser classe determinada pelo capital e tornar-se classe autodeterminada, passa a expressar seus interesses históricos de maneira autônoma. Trata-se de um movimento que, tendencialmente, parte das lutas espontâneas, avança para as lutas autônomas e culmina nas lutas autogestionárias.

Outrossim, Viana demonstra que o marxismo autogestionário é a expressão contemporânea do marxismo; que retoma, aprofunda e atualiza a teoria revolucionária à luz das mudanças recentes, promovidas pelo atual estágio do capitalismo: a era da acumulação integral. Daí ressalta-se a importância da estratégia revolucionária e da luta cultural como armas de luta para antecipar e acelerar o processo de autogestão das lutas pelo proletariado e seus aliados.

A teoria dos regimes de acumulação elaborada por Viana é o fio condutor deste processo, demonstrando a historicidade do capitalismo, suas dificuldades crescentes de reprodução e de como tais determinações aliadas ao avanço das lutas do proletariado, demais classes inferiores e setores contestadores expressam as possibilidades reais de sua superação, pondo fim à pré-história da humanidade e inaugurando a sociedade autogerida. A monumental obra de Nildo Viana é expressão e um dos pilares da luta pela autogestão social: estudá-la, divulgá-la e com ela avançar é um dever de todos aqueles comprometidos com o projeto autogestionário de autoemancipação humana, por meio da autoemancipação proletária.

### Referências

ADAM, D. *Marx e o Estado*. **Revista Marxismo e Autogestão**. Ano 02, num. 05, jan./jul. 2015.

ALMEIDA, M. *A concepção de Marx sobre o Estado e suas deformações*. **Revista Enfrentamento**. Ano 12, n. 21, jan/jun. 2017.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BRAGA, L. *Classe em farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado*. Goiânia: Ragnatela, 2024.

BRINTON, M. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

JENSEN, K. *A luta operária e os limites do “autonomismo”*. **Revista Ruptura**. Ano 8, número 7, Agosto de 2001.

KAUTSKY, K. *As três fontes do marxismo*. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2002.

KORSCH, K. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.

LÊNIN, V. *Que fazer?* 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

LÊNIN, V. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora, 1988.

MAIA, L. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Pará de Minas/MG: Virtual Books, 2010. Em: MARQUES, E.; MAIA, L. (Orgs.) *Nildo Viana: dialética e contemporaneidade*. Lisboa: Chiado, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 7ª ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2006.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel* – Introdução. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I Tomo I – O processo de produção do capital. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. *Miséria da filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. *Guerra civil em França*. Em: VIANA, N. (org.) *Escritos revolucionários sobre a comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2011.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: EdUnB, 1982.

PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIANA, N. *Escritos metodológicos de Marx*. 2ª ed. Goiânia: Edições Germinal, 1998.

VIANA, N. *A consciência da história - ensaios sobre o materialismo histórico-dialético*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007a.

VIANA, N. *A Esfera artística - Marx, Weber, Bourdieu e a sociologia da arte*. Porto Alegre: Zouk, 2007b.

VIANA, N. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007c.

VIANA, N. *O que é autogestão?* Revista *Enfrentamento*. Ano 01, num. 02, 2007d.

VIANA, N. *Universo psíquico e reprodução do capital*. São Paulo: Escuta, 2008a.

VIANA, N. *Democracia e autogestão*. Achegas.net, v. a, p. 4a, 2008b.

VIANA, N. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.

VIANA, N. Autogestão: o signo e o ser. **Revista Enfrentamento**. Ano 8, num. 14, jul/dez. 2013.

VIANA, N. *O que são partidos políticos?* 2ª ed. Brasília: Kíron, 2014a.

VIANA, N. *A questão da organização revolucionária*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014b.

VIANA, N. *Estado, democracia e cidadania - a dinâmica da política institucional no capitalismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.

VIANA, N. *Marxismo Autogestionário e Anarquismo*. **Revista Marxismo e Autogestão**. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015b.

VIANA, N. *Blocos sociais e luta de classes*. **Revista Enfrentamento**. Ano 10, num. 17, jan/jul. 2015c.

VIANA, N. *A mercantilização das relações sociais: modo de produção capitalista e formas sociais burguesas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: AR Editora, 2016a.

VIANA, N. *Os movimentos sociais*. Curitiba: Editora Prismas, 2016b.

VIANA, N. *Karl Marx: A crítica desapiedada do existente*. Curitiba: Prismas, 2017a.

VIANA, N. *Rosa luxemburgo e a autogestão social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017b.

VIANA, N. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018.

VIANA, N. *O Modo de pensar burguês* - episteme burguesa e episteme marxista. Curitiba: CRV, 2018b.

VIANA, N. *Manifesto autogestionário*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Rizoma, 2019a.

VIANA, N. Blocos sociais e estratégia de classe. **Revista Enfrentamento**. Ano 14, num. 24, 2019b.

VIANA, N. *Hegemonia burguesa e renovações hegemônicas*. Curitiba: CRV, 2019c.

VIANA, N. Maio de 1968 e a formação do marxismo autogestionário. Em: VIANA, N. (org.). *O marxismo autogestionário*. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

**Resumo:** Neste artigo sintetizamos a concepção de marxismo autogestionário na obra de Nildo Viana, enfatizando dois aspectos: a) concepção de autogestão social e b) relação entre marxismo autogestionário e estratégia revolucionária. Nildo Viana é o principal representante teórico do marxismo autogestionário no Brasil. Sua produção é marcada pela crítica da divisão social do trabalho intelectual e abarca um gigantesco escopo analítico cujo centro é a crítica da sociedade capitalista (valores, ideologias e produções intelectuais que reforçam a hegemonia burguesa; relações de exploração e dominação de classe, etc.) na busca pela contribuição para a luta cultural e práxis revolucionária no sentido de fornecer as armas da crítica necessárias para a concretização do projeto revolucionário.

**Palavras-chave:** capitalismo; revolução proletária; regimes de acumulação; contemporaneidade; marxismo autogestionário

**Resumen:** En este artículo sintetizamos la concepción del marxismo autogestionario en la obra de Nildo Viana, haciendo hincapié en dos aspectos: a) la concepción de la autogestión social y b) la relación entre el marxismo autogestionario y la estrategia revolucionaria. Nildo Viana es el principal representante teórico del marxismo autogestionario en Brasil. Su producción se caracteriza por la crítica de la división social del trabajo intelectual y abarca un gigantesco ámbito analítico cuyo centro es la crítica de la sociedad capitalista (valores, ideologías y producciones intelectuales que refuerzan la hegemonía burguesa; relaciones de explotación y dominación de clase, etc.) en la búsqueda de contribuir a la lucha cultural y la praxis revolucionaria con el fin de proporcionar las armas de la crítica necesarias para la realización del proyecto revolucionario.

**Palabras clave:** capitalismo; revolución obrera; regímenes de acumulación; contemporaneidad; marxismo autogestionario.

\* Recebido em: 08/07/2025

\* Aceito em: 21/11/2025